



**DECRETO-LEI N.º 46/2011**  
**de 19 de Outubro**

**REGIME EMOLUMENTAR DOS REGISTOS E DO  
NOTARIADO**

As taxas constituem a contraprestação pelos serviços prestados pelo Estado aos utentes deles beneficiários. Tal retribuição é necessária, uma vez que a mesma visa fazer face ao custo aproximado e efetivo do serviço prestado, sem incluir os custos de investimento feito pelo Estado, mas sim os relacionados, nomeadamente, com o funcionamento dos serviços, os quais são substancialmente elevados para o Estado, tanto com o pessoal que os integra, como com os equipamentos e materiais necessários à sua prestação.

Estes custos revelam-se cada vez mais onerosos, sobretudo quando utilizadas as novas tecnologias de informação, com o objetivo de fornecimento dos serviços de forma mais célere e segura.

O Regime Emolumentar dos Registos e do Notariado estabelece regras harmónicas nesta matéria, aplicáveis aos vários setores dos registos e do notariado, e procura assegurar a maior transparência possível, no seu conhecimento pelos utentes e na sua aplicação pelos funcionários.

No que diz respeito à sua sistematização, o presente regime contém princípios e normas gerais de tributação aplicáveis a todas as espécies de registos e notariado, aos quais se seguem normas específicas referentes à tributação de cada espécie de atos, incluindo normas que preveem gratuidades para atos de caráter obrigatório e de interesse público e isenções emolumentares para aqueles cujo incentivo favorece a procura dos serviços e, finalmente, em anexo, o tabelamento das diversas espécies de atos.

De entre os princípios e normas gerais aplicáveis a todas as espécies de emolumentos cabe ressaltar:

- a) A norma que define a incidência subjetiva da tributação emolumentar, estabelecendo que esta incide sobre o poder local, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integrem o setor empresarial do Estado e do poder local, bem como as pessoas singulares ou coletivas de direito privado, independentemente da forma jurídica de

**DEKRETU-LEI N.º 46/2011**  
**19 Outubru nian**

**REJIME EMOLUMENTÁR BA REJISTU NO  
NOTARIADU**

Taxa sai nu'udar kontraprestasaun hosi servisu hirak-ne'ebé Estadu fó ba ninia ema utente sira-ne'ebé hetan benefísiu. Retribuisaun ne'ebá importante tebes tanba bele determina folin ne'ebé besik no efetivu ho prestasaun servisu nian, laho inklui kustu ne'ebé Estadu investe tiha, maibé kustu hirak-ne'ebé relasiona ho funsionamentu servisu sira-ne'ebé ho substánsia boot ba Estadu, ne'ebé ho pesoál sira ne'ebé integra ba nomós ho ekipamentu no materiál ne'ebé presiza ba prestasaun servisu nian.

Kustu hirak-ne'ebá hatudu onorozu liutan, liuliu bainhira uza teknolojia foun informasaun nian ho objetivu fornese servisu lais liu no seguru.

Rejime Emolumentár ba Rejistu no Notariadu estabelese regra armónika iha matéria ida-ne'e, ne'ebé aplika ba setór oiain iha rejistu no notariadu no, buka atu hametin transparánsia boot liu kona-ba ninia koñesimentu ba ema utente sira no ninia aplikasaun ba funsionáriu sira.

Kona-ba ninia sistematizasaun, rejime ida-ne'e iha prinsípiu no norma jerál tributasaun hirak-ne'ebé aplika ba espésie oiain rejistu no notariadu nian, ida ne'ebé tatur ho norma espesífika kona-ba tributasaun hosi espésie aktu ida-idak, inklui norma ne'ebé prevee gratuidade ba aktu ho karatér obrigatóriu no ho interese públiku no izensaun emolumentár ba sira ne'ebé ho insentivu favorese hodi buka servisu no, ikusmai, iha aneksu, tau tabela ba espésie aktu oiain.

Hosi prinsípiu no norma hirak-ne'ebé aplika ba espésie hotu-hotu emolumentu nian, sira-ne'ebé tenke garante maka:

- a) Norma ne'ebé defini insidénsia subjetiva hosi tributasaun emolumentár, hodi estabelese katak ida-ne'e mosu mai hafoin poder lokál, fundu no servisu autónomu no entidade sira-ne'ebé integra iha setór emperezariál Estadu no poder lokál nian, nomós emasingulár ka koleitiva ho direitu privadu, la haree ba



que se revistam. Excetuam-se, porém, as pessoas coletivas sem fins lucrativos nacionais, relativamente às quais são gratuitos todos os atos de registo e a emissão dos respectivos documentos probatórios.

- b) O princípio da proporcionalidade, na medida em que o montante dos emolumentos a pagar é determinado em função exclusiva duma estimativa do custo efetivo do serviço e da complexidade do ato praticado, o qual não inclui as despesas de investimento.
- c) As normas que criam mecanismos de segurança contra o desvio das receitas dos cofres públicos, através da exigência de registos obrigatórios das quantias recebidas nos livros de registo de emolumentos e de preparos, e a obrigatoriedade do depósito diário das quantias recebidas.
- d) No que respeita ao tabelamento dos atos, este baseia-se nos princípios da simplificação e da transparência, procurando-se estabelecer um sistema que permita ao contribuinte saber facilmente qual o valor a pagar pelo serviço que pretende, ao funcionário calcular com facilidade o custo dos atos e ao Estado controlar de uma forma célere os montantes arrecadados.
- b) Prinsípiu proporsionalidade, bainhira montante emolumentu ne'ebé atu selu sei determina tuir funsaun ezkluziva hosi estimativa kustu servisu efetivu no kompleksidade aktu ne'ebé pratika, ne'ebé la inklui despeza sira investimentu nian.
- c) Norma hirak ne'ebé kria mekanizmu seguransa kontra dezviu reseita hosi kofre publiku nian, liuhosi ezije rejistu obrigatóriu hosi kuantia be simu tiha iha livru rejistu ba emolumentu no preparu, no obrigatoriedade hodi halo depóziu lorloron hosi kuantia be simu ona.
- d) Kona-ba tabela ba aktu sira, ida-ne'e bazeia ba prinsípiu atu simplifika no halo transparánsia hodi, buka hatuur sistema ne'ebé permiti ema kontribuyente hatene lais liu folin ne'ebé atu selu ba servisu be nia hakarak, ba funsióriu atu kalkula lais liu kustu hosi aktu no ba Estadu atu kontrola ho oin ida ne'ebé lais liu montante ne'ebé simu tiha.

Considerando, por um lado, a fase incipiente de criação e estruturação em que se encontram os serviços dos registos e do notariado, e, por outro lado, a capacidade retributiva das populações, a retribuição prevista, pelos serviços prestados, nem sempre refletirá o custo efetivo daqueles, tendo-se optado por valores relativamente baixos, com vista a não se desvirtuar os objetivos maiores do Estado, ou seja, o acesso à justiça e a paz social. Isto considerando que a redução de conflitos, através da justiça preventiva, é um dos maiores objetivos preconizados pelos serviços dos registos e do notariado.

Acresce, ainda, ao atrás referido, o fato de, para a determinação do custo efetivo dos serviços prestados pelos registos e notariado, ser necessário um estudo que efetue o cálculo económico-financeiro dos custos subjacentes às prestações dos mesmos, de forma a permitir, por sua vez, o cálculo dos emolumentos a pagar.

A realização de tal estudo revela-se, porém, difícil,

forma jurídika ne'ebé maka iha ba. Maibé, esepu ba ema-koletiva laho fin lukrativu nasionál, ne'ebé tada katak aktu rejistu hotu-hotu no emisaun ba dokumentu probatóriu hotu-hotu nu'udar gratuitu.

Hosi sorin ida, konsidera ho faze dahuluk atu kria no harii estrutura ba servisu rejistu no notariadu nian no, hosi sorin seluk, konsidera ho kbiit populasaun sira-nian atu selu, retribuisaun prevista hosi servisu ne'ebé hala'o tiha, dala barak la tada tuir kustu hosi servisu ne'ebé hala'o tiha no, tanba ne'e, hili atu hatuur folin be ki'ikliu, hodi hanoin atu la tau sees objetivu boot Estadu, ka, asesu ba justisa no pás sosiál. Ida-ne'e hodi konsidera katak atu redús konflitu liuhosi justisa preventiva nu'udar objetivu boot ida ne'ebé servisu rejistu no notariadu tane-aas.

Tatuir mós ho saida maka temi ona liubá, atu determina loloos kustu hosi servisu ne'ebé hala'o tiha ba resjistu no notariadu, presiza halo estudo ida ne'ebé hatuur kákkulu ekonómiku-finanseiru hosi kustu be mai hosi prestasaun servisu hirak-ne'ebá, nu'udar dalan ida hodi kalkula emolumentu ne'ebé atu selu.



atendendo ao presente contexto sócio-económico de Timor-Leste, nomeadamente a inexistência de instituições que possam fornecer dados estatísticos micro-económicos fiáveis, passíveis de serem utilizados para o referido fim, motivo pelo qual se optou por valores que representam os custos aproximados dos atos praticados pelos serviços que integram a Direção Nacional dos Registos e do Notariado.

Contudo, as futuras atualizações dos valores emolumentares, a aprovar por diploma do membro do Governo responsável pela área da Justiça, deverão ter em consideração o custo efetivo dos serviços prestados, a capacidade contributiva dos cidadãos, bem como a taxa de inflação em vigor.

Assim, recomenda-se a criação, a curto/médio prazo, de mecanismos que visem a produção de estatísticas de base que permitam monitorizar a eficiência e eficácia da implementação da presente tabela.

Foram ouvidos a Direção Nacional dos Registos e do Notariado e o Ministério das Finanças.

Assim:

O Governo decreta, ao abrigo das alíneas d) e e) do artigo 116.º e do n.º 2 do artigo 144.º, ambos da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

#### **Artigo 1.º**

##### **Aprovação do Regime Emolumentar dos Registos e do Notariado**

É aprovado o Regime Emolumentar dos Registos e do Notariado, em anexo ao presente Decreto-Lei e do qual faz parte integrante.

#### **Artigo 2.º**

##### **Revisão do Regime**

1. O Regime Emolumentar está sujeito a uma revisão quinzenal, sempre que se revelar necessário atualizar o valor a pagar pelos serviços, de modo a que este passe a corresponder ao custo real dos mesmos, considerando, nomeadamente, a taxa oficial de inflação em vigor.

Maibé, atu realiza estudu ne'ebá, haree ba hanesan susar uitoan, hodi haree ba kontestu sósiu-ekonómiku Timor-Leste nian ohin loron, liuliu tan seidak iha instituisaun ne'ebé bele fornese ho loloos dadus estatístiku mikro-ekonómiku, bele uza duni hodi halo servisu ne'ebá no, tan motivu ne'e maka hili hodi tau folin be bele hakbesik ba kustu loloos hosi aktu ne'ebé pratika tiha liuhosi servisu be integra iha Diresaun Nasionál Rejistu no Notariadu.

Tan ne'e, atualizasaun ba folin emolumentár oin mai, ne'ebé sei aprova liuhosi diploma membru Governu be responsavel ba área justisa, tenke hanoin mós ho kustu loloos hosi servisu ne'ebé hala'o tiha, kbiit sidadaun siranian atu selu nomós taxa inflasaun ne'ebé vigora hela.

Ne'e be, rekomenda atu kria, iha tempu badak ka médiu nia laran, mekanizmu ne'ebé buka atu halo produsaun estatística hosi baze hodi fó dalan halo monitorizasaun ho efisiénsia no efikásia implementasaun tabela ida-ne'e.

Rona tiha Diresaun nasionál Rejistu no Notariadu no Ministériu Finansas.

Nune'e,

Governu dekreta, haktuir alínea d) no e) hosi artigu 116.º no número 2 artigu 144.º nian, hosi Konstituisaun Repúblika, atu la'o hetab kmanek nu'udar lei tuirmai:

#### **Artigu 1.º**

##### **Aprova Rejime Emolumentár ba Rejistu no Notariadu**

Aprova rejime emolumentár ba rejistu no notariadu, aneksa iha Dekretu-Lei ida-ne'e hodi halo nia isin tomak.

#### **Artigu 2.º**

##### **Halo revizaun ba rejime**

1. Rejime emolumentár sujeita ba revizaun kuinkenál, bainhira de'it hatene katak presiza duni hodi atualiza folin ne'ebé atu selu ba servisu be hala'o tiha, ho objetivu katak folin ne'ebá tuir duni ho ninia kustu loloos, hodi hanoin mós, liuliu, taxa ofisiál hosi inflasaun ne'ebé vigora hela.



2. A atualização dos valores de tributação dos atos atualmente previstos nas tabelas emolumentares, referida no número anterior, pode ser aprovada por diploma ministerial do membro do Governo responsável pela área da Justiça.

### **Artigo 3.º**

#### **Alteração e substituição dos modelos**

Os modelos de livros e de impressos podem ser alterados e substituídos por suporte informático, por diploma do membro do Governo responsável pela área da Justiça.

### **Artigo 4.º**

#### **Incumprimento**

O incumprimento das normas do Regime Emolumentar pelos notários, conservadores, agentes ou funcionários dos registos e do notariado, constitui falta punível nos termos estabelecidos no Estatuto da Função Pública e demais legislação em vigor.

### **Artigo 5.º**

#### **Revogação**

É revogado o Diploma Ministerial n.º 2/2009, de 29 de Abril, que aprova as taxas a cobrar pela emissão de passaportes.

### **Artigo 6.º**

#### **Aplicação no tempo**

Os emolumentos fixados no Regime Emolumentar não são aplicáveis aos atos já requeridos à data da sua entrada em vigor.

### **Artigo 7.º**

#### **Entrada em vigor**

1. O presente diploma entra em vigor em 1 de Janeiro de 2012.
2. Relativamente aos atos ainda não previstos na lei, os emolumentos previstos no presente diploma são cobrados a partir da data da entrada em vigor da respectiva lei.

2. Atu atualiza folin tributasaun hosi aktu hirak ne'ebé prevee ona iha tabela emolumentár, be temi iha número liubá, bele aprova mós liuhosi diploma ministeriál hosi membru governu ne'ebé responsavel ba área justisa.

### **Artigu 3.º**

#### **Halo alterasaun no troka modelu**

Modelu ba livru no impresu mós bele altera no troka ho suporte informátiku nian, liuhosi diploma membru governu ne'ebé responsavel ba área justisa nian.

### **Artigo 4.º**

#### **Inkumprimentu**

Bainhira notáriu, konservadór, ajente ka funcionáriu hosi rejistu no notariadu la kumpri norma sira rejime emolumentár nian, sei hetan kastigu tuir termu ne'ebé estabelese ona iha Estatutu Funsauñ Públika no leizlasaun seluktan ne'ebé vigora hela.

### **Artigo 5.º**

#### **Revogasaun**

Revoga diploma ministeriál n.º 2/2009, 29 Abril nian, ne'ebé aprova taxa be atu kobra bainhira halo emisaun ba pasaporte.

### **Artigo 6.º**

#### **Aplikasaun tuir tempu**

Emolumentu ne'ebé prevee iha Rejime Emolumentár la aplika ba aktu sira-ne'ebé husu ona molok diploma ida-ne'e vigora.

### **Artigu 7.º**

#### **Hahú hala'o knaar ho kbiit legál**

1. Diploma ida-ne'e hahú hala'o nia knaar ho kbiit legál iha 1 janeiru 2012.
2. Kona-ba aktu hirak-ne'ebé lei seidauk prevee, emolumentu ne'ebé prevee ona iha diploma ida-ne'e sei kobra hahú kedas hosi loron ne'ebé lei ida-ne'e hahú vigora.



MINISTÉRIO DA  
**JUSTIÇA**

**Direção Nacional de  
Assessoria Jurídica e  
Legislação - DNAJL**

Aprovado em Conselho de Ministros em 14 de  
Setembro de 2011.

Apróva iha Konsellu Ministru iha 14 Setembru 2011.

O Primeiro-Ministro,

Primeiru-Ministru,

\_\_\_\_\_  
**Kay Rala Xanana Gusmão**

\_\_\_\_\_  
**Kay Rala Xanana Gusmão**

A Ministra da Justiça,

Ministra Justisa,

\_\_\_\_\_  
**Lúcia M. B. F. Lobato**

\_\_\_\_\_  
**Lúcia M. B. F. Lobato**

Promulgado em 18 / 10 / 2011

Promulga iha 18 / 10 / 2011

Publique-se.

Publika ba.

O Presidente da República,

Prezidente Repúblika,

\_\_\_\_\_  
**José Ramos Horta**

\_\_\_\_\_  
**José Ramos Horta**

## ANEXO

### REGIME EMOLUMENTAR DOS REGISTOS E DO NOTARIADO

#### CAPÍTULO I

#### PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS DE INTERPRETAÇÃO

##### Artigo 1.º

##### Atos sujeitos a emolumentos

Os atos praticados nos serviços dos registos e do notariado estão sujeitos a tributação emolumentar, nos termos fixados no presente Regime Emolumentar, sem prejuízo dos casos de gratuidade ou isenção nele previstos.

## ANEKSU

### REJIME EMOLUMENTÁR BA REJISTU NO NOTARIADU

#### KAPÍTULU I

#### PRINSÍPIU NO NORMA JERÁL INTERPRETASAUN NIAN

##### Artigu 1.º

##### Aktu sira-ne'ebé sujeita ba emolumentu

Aktu sira-ne'ebé pratika iha servisu rejistu no notariadu nian sujeita ba tributasau emolumentár, haktuir Rejime Emolumentár ida-ne'e, laho prejudika kazu hirak-ne'ebé prevee ona nu'udar gratuiitu ka hetan izensau.



### **Artigo 2.º** **Definições**

Para efeitos do presente Regime Emolumentar entende-se por:

- a) Ato, documento elaborado pelo notário, conservador ou funcionário dos registos e do notariado, passível de produzir efeitos jurídicos;
- b) Custos, despesas relativas à prática de processos e atos, bem como os encargos com o transporte ou a prática de atos fora dos serviços ou das horas regulamentares;
- c) Emolumento, taxa, em moeda com curso legal, fixada para custear as despesas pela prática de atos e processos;
- d) Interessados, pessoas que intervêm nos atos como reque-rentes, partes, declarantes ou, ainda, seus representantes com poderes bastantes ou herdeiros;
- e) Parte, pessoa singular ou coletiva que intervém, por si ou em representação de outrem, num contrato, visando titular os interesses regulados por lei.
- f) Pessoas coletivas nacionais, entidades que se constituem nos termos da legislação em vigor e que têm a sua sede principal e efetiva da sua administração em Timor-Leste;
- g) Pessoas coletivas estrangeiras, entidades cuja sede principal e efetiva da sua administração esteja localizada no estrangeiro, bem como as pessoas coletivas e entidades equiparadas internacionais;
- h) Preparo, pagamento antecipado dos custos, em moeda com curso legal, pelo ato ou processo que se pretende.

### **Artigo 3.º**

#### **Entidades sujeitas a pagamento de emolumentos**

Estão sujeitos a tributação emolumentar o poder local, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integrem o setor empresarial do Estado, bem como as pessoas singulares ou coletivas de direito privado, independentemente da forma jurídica de que se revistam, exceto as pessoas coletivas sem fins lucrativos nacionais.

### **Artigu 2.º** **Definisaun**

Ba efeitou sira Rejime emolumentár ida-ne'e nian, defini katak:

- a) aktu maka dokumentu ne'ebé notáriu, konservadór, konservadór ka funsionáriu hosi rejistu no notariadu sira elabora no bele prodús efeitou jurídiku.
- b) Kustu maka despeza kona-ba prátika prosesu no aktu, nomós enkargu hanesan transporte ka prátika aktu la'ós iha oras servisu nian ka la'ós iha oras ne'ebé tuir ona regulamentu.
- c) Emolumentu maka taxa, ho forma moeda ho kursu legál, ne'ebé determina ona hodi selu kustu despeza nian ba prátika aktu no prosesu.
- d) Ema-interesadu maka ema ne'ebé intervein iha aktu nu'udar rekerente, parte, deklarante ka ninia representante ho kbiit natoon ka erdeiru.
- e) Parte maka ema-singulár ka coletiva ne'ebé intervein, nia an rasik ka representa hosi ema seluk, iha kontratu, atu tau título ba interesse hirak-ne'ebé lei regula.
- f) Ema-koletiva nasional maka entidade sira-ne'ebé hari'i bazeia ba lejislasaun ne'ebé vigora hela no iha ninia sede prinsipál no ninia administrasaun hala'o iha Timor-Leste;
- g) Ema-koletiva estranjeira maka entidade sira ne'ebé ninia sede prinsipál no ninia administrasaun lokaliza iha estranjeiru, nomós ema koletiva no entidade ekiparada internasionál;
- h) Preparu maka pagamentu antesipadu ba kustu, ho forma moeda ho kursu legál, ba aktu ka prosesu ne'ebé pretende.

### **Artigu 3.º**

**Entidade sira-ne'ebé sujeita pagamentu emolumentár**  
Entidade sira-ne'ebé sujeita ba emolumentu maka entidade integra iha setór empresariál Estadu nian, nomós ema singulár ka koletivu ho direitu privadu, la haree ba forma jurídika ne'ebé iha, eseptu ema-koletivu laho fin hetan lukru nasional.



**Artigo 4.º**  
**Proporcionalidade**

A tributação emolumentar constitui a retribuição pelos atos praticados e é calculada com base na estimativa do custo efetivo do serviço prestado, tendo em consideração a natureza dos atos e a sua complexidade.

**Artigo 5.º**  
**Interpretação e integração de lacunas**

1. As disposições do presente diploma não admitem interpretação extensiva, nem integração analógica, ainda que haja identidade de razão.
2. Em caso de dúvida se é devido um ou outro emolumento, cobrar-se-à sempre o menor.

**Artigo 6.º**  
**Publicidade**

As tabelas emolumentares devem ser afixadas nos serviços, em local visível e acessível à generalidade dos utentes.

**CAPÍTULO II**  
**NORMAS GERAIS DE APLICAÇÃO**

**Artigo 7.º**  
**Atos com valor representado em moeda sem curso legal**

1. Sempre que o ato seja representado em moeda sem curso legal em Timor-Leste, os emolumentos são calculados segundo o último câmbio oficial do país, publicado à data da feitura do ato.
2. Sempre que o emolumento a ser cobrado nos termos do número anterior for inferior ou superior em centimos ou equivalente deve a quantia ser arredondada para a moeda com curso legal respetivamente por excesso ou por defeito, conforme couber.

**Artigo 8.º**  
**Preparos**

Os conservadores e notários devem exigir, a título de preparo, o pagamento antecipado do custo provável dos atos a praticar nos respectivos serviços.

**Artigo 9.º**  
**Responsabilidade pelo pagamento dos emolumentos**

**Artigo 4.º**  
**Proporcionalidade**

Tributasaun emolumentár nu'udar retribuissaun ba aktu ne'ebé pratika tiha no sei kalkula haktuir ba estimativa kustu efetivu hosi servisu be hala'o tiha, ne'ebé konsidera natureza aktu no ninia kompleksidade.

**Artigo 5.º**  
**Interpretasaun no integrasaun ba lakunasira**

1. Saida de'it maka hatuur ona iha diploma ida-ne'e la admiiti interpretasaun luan, nein integrasaun analójika, biar ba iha razaun rasik atu hatebes.
2. Bainhira hamosu laran rua tan emolumentu ruma, sei kobra nafatin ho folin be kiikliu.

**Artigo 6.º**  
**Publisidade**

Tabela emolumentu nian tenke taka iha fatin servisu, iha fatin ne'ebé bele haree moos no fatin ne'ebé utente sira bele hetan asesu lais liu.

**KAPÍTULU II**  
**NORMA JERÁL APLIKASAUN**

**Artigo 7.º**  
**Aktu ho valór ne'ebé reprezenta ho moeda laho kursu legál**

1. Bainhira de'it aktu reprezenta ho moeda laho kursu legál iha Timor-Leste, emolumentu sei kalkula tuir kámbiu ofisiál dahikus nasaun nian no públika iha loron rezultadu aktu nian.
2. Bainhira de'it emolumentu ne'ebé atu kobra tuir termu número kotuk ba tuunliu ka aasliu iha séntimu ka hanesan, kuantia tenke aumenta ba moeda ho kursu legál rasik tan sa'e liu ka seidauk natoon, tuir presiza.

**Artigo 8.º**  
**Preparu**

Konservadór no notáriu sira tenke ejizi, kona-ba preparu, pagamentu antesipadu ba kustu ne'ebé bele prodús hosi aktu be pratika tiha tuir servisu rasik.

**Artigo 9.º**  
**Responsabilidade hodi halo pagamentu ba emolumentu**



1. São solidariamente responsáveis pelo pagamento de emolumentos:
  - a) As partes ou declarantes de atos notariais;
  - b) Os requerentes ou declarantes nos atos de registo e de identificação.
2. Os mandatários, os gestores de negócio cuja gestão seja ratificada e os que fizerem declarações de registo oficiosamente não são responsáveis pelo pagamento dos emolumentos.

**Artigo 10.º**  
**Conta emolumentar**

1. Em relação a cada ato lavrado ou documento expedido, o conservador, notário, chefe de serviço, funcionário ou agente dos registos e do notariado, efetua a respectiva conta de emolumentos e dos demais encargos legais a serem pagos pelas partes, declarantes ou interessados.
2. Para efeitos do disposto no número anterior consideram-se demais encargos legais as despesas de transporte necessárias à realização de atos.
3. Devem ser igualmente registados os atos gratuitos e as certidões emitidas para instrução de processos.
4. A conta emolumentar deve ser lançada nos seguintes termos:
  - a) Em documento contabilístico a entregar à parte ou requerente, nos casos de atos de registo ou atos notariais lavrados em livro;
  - b) No próprio documento, nos casos de atos notariais lavrados fora dos livros, certidões ou outros meios probatórios;
  - c) No próprio documento, nos casos de certidões de registo, certificados e documentos análogos;
    - d) Em documento contabilístico a entregar aos requerentes de bilhetes de identidade, passaportes e passes de fronteira.

**Artigo 11.º**  
**Registo de emolumentos e preparos**

1. Sira-ne'ebé ho hakaran rasik sai nu'udar responsavel ba pagamentu emolumentu maka:
  - a) Parte ka deklarante sira ba aktu notariál;
  - b) Rekerente ka deklarante iha aktu rejistu no identifikasaun.
2. Mandatáriu, jestór negósiu ne'ebé ninia jestaun ratifika ona no sira ne'ebé halo deklarasaun rejistu, ofisiozamente sira la bele responsabiliza ba pagamentu emolumentu.

**Artigo 10.º**  
**Konta emolumentar**

1. Kona-ba aktu ne'ebé hakerek ona ka dokumentu be fó-sai ona, ema konservadór, notáriu, xefe servisu, funsionáriu ka ajente hosi rejistu no notariadu, halo konta emolumentu no enkargu legál seluk tan ne'ebé parte, deklarante ka interesadu sira atu selu.
2. Ba efeito sira número liubá nian, konsidera nu'udar enkargu legál seluk tan maka despeza kona-ba transporte ne'ebé presiza hodi realiza aktu.
3. Aktu hirak-ne'ebé tenke mós rejistu maka aktu gratuitu no sertidaun ne'ebé fó-sai hodi halo instrusaun ba prosesu.
4. Konta emolumentár tenke hatuur tuir termu hirak tuirmai:
  - a) Iha dokumentu kontabilístiku ne'ebé atu saran ba parte ka rekerente, iha kazu ne'ebé aktu rejistu nian ka aktu notariál be hakerek iha livru;
  - b) Iha dokumentu rasik, iha kazu hanesan aktu notariál ne'ebé la hakerek iha livru, sertidaun ka meu probatóriu seluktan;
  - c) Iha dokumentu rasik, iha kazu hanesan sertidaun rejistu, sertifikadu no dokumentu análogu;
  - d) Iha dokumentu kontabilístiku ne'ebé atu saran ba rekerente hanesan billete identidade, pasaporte no pase fronteira.

**Artigo 11.º**



1. Nos serviços dos registos deve haver obrigatoriamente um Livro Diário de Registo de Emolumentos e um Livro de Registo de Preparos destinados ao registo das importâncias recebidas.
2. Nos serviços notariais deve haver um Livro de Ata Especial e um Livro de Registo de Preparos, destinados ao registo das importâncias recebidas.
3. O valor total dos emolumentos cobrados é sempre arredondado, por excesso, em moeda com curso legal no país.
4. Em caso de omissão do registo de qualquer emolumento, o funcionário ou agente responsável é obrigado a depositar a favor do Estado, a totalidade do emolumento omitido, sem prejuízo do procedimento disciplinar a que haja lugar.
5. Os procedimentos de escrituração dos livros referidos nos n.ºs 1 e 2, bem como os restantes procedimentos e suportes de contabilidade diária e mensal são definidos por diploma do membro do Governo responsável pela área da Justiça.

**Artigo 12.º**  
**Prova do pagamento**

O conservador, notário, funcionário ou agente dos registos e notariado deve emitir recibo comprovativo do pagamento dos emolumentos e demais encargos legais, o qual é entregue ao responsável pelo pagamento.

**Artigo 13.º**  
**Reclamação por erro de conta**

1. Contra qualquer erro de conta podem os interessados reclamar verbalmente perante o conservador, notário ou chefe do serviço de registos ou notariado, dentro dos oito dias imediatos à realização do ato.
2. Decorrido o prazo de oito dias, sem que a reclamação tenha sido atendida, pode o interessado apresentar recurso da conta emolumentar à Direção Nacional dos Registos e do Notariado.

**Artigo 14.º**  
**Cobrança em excesso**

Sempre que em processo de inspeção for verificada a

**Rejistu ba emolumentu no preparu**

1. Iha servisu rejistu nian tenke iha, ho obrigatoriu, Livru Diário ida kona-ba Rejistu Emolumentu no Livru ida kona-ba rejistu preparu ne'ebé uza hodi rejista kuantia ruma be simu tiha.
2. Iha servisu notáriu sira tenke iha Livru Akta no Livru Rejistu Preparu ida ne'ebé uza hodi rejista kuantia ruma ne'ebé simu tiha.
3. Valór totál hosi emolumentu ne'ebé kobra tiha sempre hasae tan, tuir moeda legál nasaun nian.
4. Bainhira iha omisaun ba kualkér rejistu ba emolumentu, funsionáriu ka ajente responsável tenke depozita a favór ba Estadu, totál hosi emolumentu ne'ebá, laho sakar prosedimentu dixiplinár ne'ebé bele mosu.
5. Banati eskritura livru nian ne'ebé temi iha número 1 no 2, nomós banati seluktan no suporte kontabilidade loroloron no fulan-fulan nian ne'ebé defini iha diploma hosi membru governu responsável ba área justisa.

**Artigo 12.º**  
**Prova pagamentu**

Konservadór, notáriu, funsionáriu ka ajente hosi rejistu no notariadu tenke fó-sai sasimuk komprovalu pagamentu nian kona-ba emolumentu no enkargu legál seluktan, ida ne'ebé sei entrega ba responsavel pagamentu.

**Artigo 13.º**  
**Hato'ó reklamasau tan konta sala**

1. Ema interesadu sira bele ható'ó reklamasau ba konservadór, notáriu ka xefe servisu hosi rejistu no notariadu iha kedas loron ualu nian laran, hafoin loron ne'ebé realiza aktu, bainhira haree hetan katak sira halo konta ruma sala.
2. Liu tiha prazu loron ualu, la iha konsiderasaun ba reklamasau, ema-interesadu bele apresenta rekursu kona-ba konta emolumentár ba Diresaun Nasionál Rejistu no Notariadu.

**Artigo 14.º**  
**Halo kobransa liu tiha valór definidu**



ocorrência de cobrança de emolumentos ou outros encargos legais em excesso, o inspetor deve determinar a restituição pelo funcionário do serviço responsável pelo excesso cobrado.

#### **Artigo 15.º**

##### **Destino das receitas arrecadadas**

1. As receitas arrecadadas a título de emolumentos ou de outros encargos, reverterem na sua totalidade para o Cofre do Estado.
2. Todas as quantias recebidas, quer a título de preparos quer de emolumentos são depositadas, diariamente, através de guias, em conta aberta no Banco ou instituição de crédito, a designar pelo Governo, em numerário, cheque visado ou vale postal a favor do Estado.
3. É proibido ao notário, conservador, funcionário ou agente dos registos e do notariado, dirigente do serviço, deixar quaisquer quantias arrecadadas a favor do Estado nos serviços por mais de vinte e quatro horas.

### **CAPÍTULO III**

#### **REGRAS DE GRATUIDADE COMUNS**

#### **Artigo 16.º**

##### **Atos gratuitos**

1. São gratuitos os seguintes atos:
  - a) De sanção, revalidação, renovação, substituição, retificação ou reconstituição, bem como os respectivos processos, certidões, certificados ou boletins, em consequência de os atos anteriores se mostrarem afetados de vício, irregularidade ou deficiência imputável aos serviços ou motivado por documento emitido pelos serviços dos registos e do notariado, por outros serviços do Estado ou por outras pessoas coletivas de direito público;
  - b) Assentos de fatos obrigatoriamente sujeitos a registo requeridos pelas autoridades judiciais, quando os respectivos encargos não possam ser cobrados em regra de custas;
  - c) Certidões, fotocópias e comunicações ou informações emitidas em cumprimento de obrigações legais;

Bainhira de'it iha prosesu inspesaun haree-hetan iha kobransa ba emolumentu ka ba enkargu legál seluktan ne'ebé liu tiha valór definidu , inspetór tenke determina atu funsionáriu hosi servisu ne'ebé responsavel ba kobransa hodi fó fila.

#### **Artigo 15.º**

##### **Destinu hosi reseita sirane'ebé halibur tiha**

1. Reseita hotu ne'ebé halibur tiha hosi emolumentu ka enkargu seluktan, rai hotu iha kofre Estadu nian.
2. Kuantia hotu-hotu ne'ebé simu tiha, bele hosi preparu ka emolumentu rai, loroloron, liuhosi guia, iha konta aberta no Banku ka instituisaun kréditu, be Governu maka hatudu, tuir número, xeke vizadu ka vale postal afavór ba Estadu.
3. Bandu notáriu, konservadór, funsionáriu ka ajente hosi rejistu no notariado, dirigente servisu, atu husik kuantia ruma ne'ebé halibur tiha afavór ba Estadu iha servisu liu hosi oras rua nulu resin-haat nia laran.

### **KAPÍTULU III**

#### **REGRA GRATUITIDADE KOMÚN**

#### **Artigo 16.º**

##### **Aktu gratuitu**

1. Aktu sira-ne'ebé nu'udar gratuitu maka:
  - a) Sanasaun, revalidasaun, renovasaun, substituisaun, retifikasaun ka rekonstituisaun, nomós prosesu rasik, sertidaun, sertifikadu ka boletin, tan konsekuénsia hosi aktu hirak-ne'ebé hetan vísiu, irregularidade ka tan responsabilidade servisu ka tanba dokumentu ne'ebé fó-sai hosi servisu rejistu no notariado, hosi servisu seluk Estadu nian ka ema kolektiva seluk ho direitu públiku.
  - b) Asentu hosi faktu sira-ne'ebé sujeita ba rejistu ne'ebé rekere hosi autoridade judisiál, bainhira enkargu hirak ne'ebá la bele kobra haktuir regra kusta nian;



- d) Processos de recurso hierárquico e judicial;
  - e) Atos e processos de registo e meios de publicitação e prova respeitantes a pessoas coletivas sem fins lucrativos de direito nacional.
2. São ainda gratuitas as informações prestadas pelos funcionários dos registos e do notariado, destinadas a:
- a) Esclarecer aos interessados sobre a documentação necessária à realização dos atos;
  - b) O montante dos emolumentos a pagar ou outros encargos legais; e
  - c) Outras informações que visem facilitar ao público a utilização dos serviços.
3. São igualmente gratuitas as certidões dos atos gratuitos, definidos nos números anteriores.
- c) Sertidaun, fotokopia no komunikasaun ka informasaun ne'ebé emiti tiha hodi kumpri obrigasaun legál sira;
  - d) Prosesu ba rekursu ierárkiku no judisiál;
  - e) Aktu no prosesu rejistu no meu publisitasaun no prova kona-ba ema-koletiva laho fin lukrativu ho direitu nasional.
2. Nu'udar mós gratuitu maka informasaun hirak ne'ebé hato'o hosi funsionáriu rejistu no notariadu ne'ebé destina ba:
- a) Haroman ema-interesadu sira kona-ba dokumentu ne'ebé presiza hodi realiza aktu;
  - b) Montante hosi emolumentu ne'ebé atu selu ka enkargu legál seluktan; no
  - c) Informasaun seluk tan ne'ebé ho objetivu fasilita ema hodi utiliza servisu sira.
3. Nu'udar mós gratuitu maka sertidaun aktu gratuitu, ne'ebé defini ona iha número sira liuba.

#### **CAPÍTULO IV REGRAS DE TRIBUTAÇÃO COMUNS**

##### **Artigo 17.º Urgência na realização dos atos**

1. Os atos solicitados com urgência estão sujeitos a um emolumento correspondente ao dobro dos respectivos valores tabelados.
2. Os registos que beneficiam de um regime de urgência legal não estão sujeitos a qualquer agravamento emolumentar em função da urgência.

##### **Artigo 18.º Proibição de repetição de emolumentos**

1. Os emolumentos pagos por atos de registo lavrados provisoriamente não podem ser de novo cobrados quando os registos são convertidos em definitivo, devendo ser tributados apenas os averbamentos efetuados da conversão do registo em definitivo.
2. O disposto no número anterior aplica-se, com as necessárias adaptações, aos contratos preliminares, relativamente aos definitivos.

#### **KAPÍTULU IV REGRA TRIBUTASAUN KOMUN**

##### **Artigu 17.º Realiza aktu ho urjénsia**

1. Aktu hirak-ne'ebé husu ho urjénsia sujeita ba emolumentu be koresponde ba dobru hosi valór ne'ebé hatuur ona iha tabela.
2. Rejistu hirak ne'ebé hetan benefísiu hosi rejime urjénsia legál ida sujeita ba kualkér agravamentu emolumentár tuir funsaun urjénsia.

##### **Artigu 18.º Bandu atu repete emolumentu**

1. Emolumentu ne'ebé selu ona ba aktu rejistu ne'ebé hakerek tiha, be ho provizoriu la bele kobra dala ida tan bainhira rejistu ne'ebá konverte ho definitivu ona, tenke tau ba tributasau de'it maka averbamentu hirak ne'ebé hala'o iha konversaun rejistu definitivu.
2. Saida maka hakerek ona iha número liubá sei aplika, tuir adaptaun ne'ebé presiza, ba kontratu



### Artigo 19.º

#### Despesas de Transporte

As despesas de transporte pela prática de ato fora das instalações dos serviços devem ser suportadas pelo interessado.

## CAPÍTULO V

### REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DE CADA ESPÉCIE DE ATOS

#### SEÇÃO I

##### ATOS DE REGISTO CIVIL

#### SUBSEÇÃO I

##### ATOS NÃO TRIBUTADOS

### Artigo 20.º

#### Atos gratuitos

1. São gratuitos os seguintes atos, processos e documentos:

- a) Assento de nascimento, por inscrição ou transcrição;
- b) Assento de óbito ou depósito do certificado médico de morte fetal;
- c) Assento de perfilhação ou declaração de maternidade;
- d) Assento de transcrição ou integração de atos de registo lavrados por outros órgãos que não as conservatórias e os respectivos boletins;
- e) Assento de transcrição de declaração de maternidade, de perfilhação ou de óbito lavrado no estrangeiro, perante autoridade estrangeira, respeitante a nacional timorense;
- f) Assento de casamento civil, católico ou barlaqueado monogâmico urgente;
- g) Assento reformado nos termos do Código do Registo Civil;
- h) Emissão de boletim original de nascimento, casamento, óbito e de morte fetal;
- i) Processo de impedimento de casamento;
- j) Processo de sanção da anulabilidade do casamento por falta de testemunhas;
- k) Processos de justificação administrativa ou judicial de registo de nascimento.

2. Beneficiam, ainda de gratuidade nos atos e

1 Labarik ne'ebé mate iha inan nia kabun laran

dahuluk, kona-ba rejistu hirak-ne'ebé definitivu ona.

### Artigu 19.º

#### Despeza kona-ba Transporte

Despeza sira kona-ba transporte tan pratika aktu ne'ebé la'ós iha servisu fatin, ema-interesadu maka tenke selu.

## KAPÍTULU V

### REGRA TRIBUTASAUN BA ESPÉSIE AKTU IDA- IDAK

#### SEKSAUN I

##### AKTU REJISTU SIVÍL

#### SUBSEKSAUN I

##### AKTU NE'EBÉ LA HETAN TRIBUTASAUN

### Artigu 20.º

#### Aktu gratuitiu

1. Aktu, prosesu no dokumentu sira-ne'ebé konsidera nu'udar gratuitu maka:

- a) Asentu-nasimentu, liuhosi inskrisaun ka transkrisaun;
- b) Asentu-óbitu ka depóritu hosi sertifikadu médiku nian kona-ba *morte fetal*;
- c) Asentu-perfillasaun ka deklarasaun maternidade;
- d) Asentu hosi transkrisaun ka integrasaun aktu rejistu ne'ebé órgaun seluk be la'ós konservatóriu sira maka hakerek no boletin sira;
- e) Asentu hosi transkrisaun deklarasaun maternidade, perfillasaun ka óbitu ne'ebé hakerek iha estranjeiru, iha autoridade estranjeiru nia oin, ba ema timóroan;
- f) Asentu kazamentu sivil, katóliku ka barlakeadu monogámiku urgente;
- g) Asentu reformadu haktuir Kódigu Rejistu Sivil nian;
- h) Emisaun ba boletin orijinal nasimentu, kazamentu, óbitu no boletin ba *morte fetal*
- i) Prosesu hodi impede kazamentu;
- j) Prosesu ba sana kazamentu ne'ebé anula tiha tanba falta testemuña;
- k) Prosesu justifikasaun administrativu ka judisiál



MINISTÉRIO DA  
**JUSTIÇA**

**Direção Nacional de  
Assessoria Jurídica e  
Legislação - DNAJL**

---

2 Transmissaun

3 Deklara

4 Nomeia hanesan substitutu

5 Fahe

6 Assinatura a rogo: Ema ida asina lori ema ne'ebé lahatene hakerek no asina nia naran hodi asina dokumentu ruma.